



Encontro
da **Rede** **10**^o
de **Estudos Rurais**

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

O COMBATE À FOME PELA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVA DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS EM UM CENÁRIO NEOLIBERAL

Samanta Nascimento Fabbris¹

GT 9: Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome

RESUMO

A alimentação perpassa vários âmbitos da vida social e é um direito garantido constitucionalmente, dessa forma a Segurança Alimentar e Nutricional deve ser central no desenvolvimento de políticas sociais. Entretanto, em uma perspectiva de ascensão de um Estado neoliberal, a mobilização da sociedade civil se faz imprescindível para pautar o combate à fome. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) se organiza, através das Cozinhas Solidárias, para garantir refeições equilibradas nas periferias do país. Este artigo aprofunda a relação da sociedade civil organizada, a exemplo das Cozinhas Solidárias, com o combate à fome e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, traçando um panorama de atuação e ausência do Estado ao tratar dessas temáticas. Debater a mobilização social é fundamental para perceber as falhas das políticas públicas de segurança alimentar, especialmente em um cenário de pós-pandemia, com aumento da fome e da miséria.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Políticas públicas, Alimentação, Estado neoliberal, MTST.

¹ Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (ppg-mader) - Faculdade UnB Planaltina (FUP) - Universidade de Brasília (UnB), samantafabbris@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Alimentar-se é um direito e uma necessidade humana com complexas e múltiplas dimensões, dependendo do olhar cuidadoso do Estado para sua defesa. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo indispensável para a sobrevivência e pré-requisito para a realização de outros direitos. Este, não se refere apenas aos aspectos de quantidade e qualidade dos alimentos, mas anexa outros fatores. De acordo com Flávio Valente (2002), "O povo brasileiro não tem só fome de uma dieta básica de custo mínimo, porque queremos satisfazer nossos hábitos alimentares, nossas vontades, nossos prazeres." (p.33)

A partir da definição constitucional da alimentação como direito indispensável e de sua múltipla e complexa determinação, nas últimas décadas a conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi, e vem sendo, debatida e consolidada. Apesar de ainda ser um termo em construção, a SAN pode ser definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004, p. 4).

Na perspectiva de Valente (2002), ao realizar que tanto o ato de comer, quanto o direito a se alimentar perpassam diversos campos da vida em sociedade, para além do nutricional, leva a conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para um sentido ainda mais amplo, "trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação." (p.131).

Dessa forma, a SAN tem um papel importante para orientar a formulação de Políticas Públicas. Esse cenário ganha contornos mais incisivos a partir de 2003, com o Governo Lula, reconhecido pelo Programa Fome Zero. Entretanto, desde 2016 as políticas e programas orientados e voltados à perspectiva de garantia de direitos sociais vêm sendo desmantelados. Concomitante a isso, se fortalece a ideia de um Estado menos interventor e de supremacia de questões econômicas.

A ideia de 'menos Estado' associada a interpretações neoliberais, que simplificam problemas, acaba por salienta a formulação e implementação de políticas públicas de caráter pontual, focadas nas consequências mais visíveis. Nesse enquadramento, Gomes (2015) elucida que o enredado de problemáticas de situações de pobreza e miséria adicionadas de uma compreensão social de menos estados e de meritocracia, têm contribuído para que conceituações tomadas como guia de desenvolvimento dos programas de enfrentamento à esses problemas "sejam empregados a partir de significados que dão conta dos aspectos urgentes do assunto, por vezes deixando escapar o principal." (p.43)

Esse cenário de Estado-mínimo, interligado com uma percepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, impactou diretamente nas Políticas Públicas em Alimentação e Nutrição. Uma vez que desenvolver e implementar políticas sociais focalizadas na Segurança Alimentar dependem de um Estado forte, presente e conectado com as demandas sociais. Assim, existe o empecilho de efetivação de políticas já existentes - a nível municipal, estadual e nacional - bem como falta de vontade política para integrar e desenvolver novas propostas.

Apesar da crítica às ações focadas apenas nas consequências visíveis, a mobilização da sociedade civil age por outras linhas, especialmente quando o assunto é o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar. Para exemplificar, no Brasil, nos anos 70 e 80, após a crise, as mobilizações civis se intensificaram em uma perspectiva de doação de alimentos, a partir do entendimento de que o direito à alimentação começa pela luta contra a fome.

Nesse sentido, Movimentos Sociais sensibilizam ações em todo o país, buscando reduzir as desigualdades e atuar em prol da alimentação adequada para todos. No caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a pandemia foi um catalisador para a criação das Cozinhas Solidárias, que, de acordo com o próprio movimento, está "fazendo o que o governo não faz pela segurança alimentar".

Sob esse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto reforça não apenas a luta da classe trabalhadora por moradia, mas igualmente pela garantia do direito à alimentação que vem sendo negado, principalmente, para as populações periféricas. Assim, as Cozinhas Solidárias se fortalecem como espaço de alimentação básica, e também de

acolhimento, afeto e de uma construção social em que é possível, sim, resistir e transformar a sociedade por meio do poder popular. (trecho extraído do artigo "O Dia Mundial da Segurança Alimentar num país assolado pela fome" do sítio oficial do MTST, 2021)

Combate à fome não é sinônimo de promoção da segurança alimentar, nem de garantia do DHAA, mas seja, talvez, o passo mais importante para a conquista de dignidade e soberania de um povo, a partir do qual, se possibilita a luta e conquista das outras necessidades e direitos. É preciso estar de barriga cheia para resistir e nisso, as Cozinhas Solidárias atuam precisamente.

Como disse Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo:

"Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?" (p.46)

Este artigo, busca então, aprofundar a relação da sociedade civil organizada, aqui representada pelas Cozinhas Solidárias do MTST, com o combate à fome e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, traçando um panorama de atuação do Estado, em uma perspectiva de ascensão do neoliberalismo e das presenças e ausências das políticas públicas em alimentação e nutrição ao tratar dessas temáticas.

DESENVOLVIMENTO

O Papel da alimentação no desenvolvimento social

A partir da perspectiva das necessidades humanas como requisitos indispensáveis para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, Gomes (2015) traz um debate ampliado do papel da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como orientadora de políticas sociais públicas. Em um cenário de ascensão do arranjo político neoliberal e da supremacia do econômico, ocorre a flexibilização de direitos e a focalização no mérito individual para as conquistas das próprias necessidades. Assim, a problemática do neoliberalismo evidencia um sentimento amplo de insegurança social, que age como um princípio de desmoralização, impossibilitando o indivíduo de controlar o presente e de prever positivamente o futuro.

Valente (2002) aponta que a conquista do DHAA começa pela luta contra a fome, mas que deve ser ampliada para a percepção de transformação da natureza em um sentido amplo: Alimentar-se faz parte de tornar-se humano. Ao longo da evolução, o ser humano desenvolveu uma relação imbricada com o alimento, esse faz parte da história das civilizações.

“Assim, o direito à alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica.” (Valente, p.48)

Sendo assim, a alimentação é um aspecto inegociável ao se pensar direitos e cidadania, conseqüentemente é um caminho possível para a busca do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Dialogando com esse posicionamento, Gomes (2015) traz o fator da urgência ligada às necessidades humanas, o que complexifica a interpretação aprofundada da alimentação, visto que, quem passa fome está primeiramente preocupado em sanar sua necessidade fisiológica.

Por isso, pensar em “comida no prato de todos” deve ser o primeiro passo para a garantia do direito à alimentação, mas nem a sociedade civil, nem o Estado podem abandonar a relevância do comer para o desenvolvimento social. Garantir as necessidades básicas une as lutas de diversos movimentos e direciona a resistência contra um Estado neoliberal na busca de alternativas justas e compartilhadas de se viver. Assim, a alimentação se faz central nessa caminhada, uma vez que essa é para além de biológica, cultural, histórica e, acima de tudo, um sinal de dignidade e cidadania.

A mobilização social no combate à fome e em busca da segurança alimentar

Veltmeyer e Lau (2018) apontam que a América Latina está passando por um processo de desenvolvimento-resistência por se encontrar submergida em um cenário de desenvolvimento capitalista que, ao mesmo tempo, gera o desenvolvimento das forças produtivas e altera as relações sociais, percebidas na forma de resistência. O autor aponta que essas resistências, caracterizadas pelo ativismo e pela luta dos movimentos sociais, buscam sociedades mais justas e na construção do ‘bem viver’.

A questão alimentar é parte da luta de diversos movimentos, uma vez que um dos principais impactos da desigualdade é no que se come, ou melhor, no que não se consegue comer. É impossível a construção de uma sociedade justa que não pense no fim da fome e na garantia da segurança alimentar.

No Brasil, Josué de Castro é um dos primeiros a olhar para a Fome como cerne das problemáticas sociais, desmistificando que o problema da miséria era devido ao excesso populacional e demonstrando o caráter político da situação nacional. Ele remonta às causas primárias da fome ao colonialismo que o território latino-americano sofreu. Apesar de Josué analisar o Brasil a partir da década de 1930 e 1940, suas observações se fazem contemporâneas até os dias de hoje.

Um grande marco da sociedade civil organizada, foi a mobilização nos anos 1990, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Em um cenário marcado por miséria, fome, violência e corrupção que se propagava pelo país no início dos anos 1990, foi elaborada a estratégia de combate à fome no Brasil. A partir da perspectiva desse movimento, foram pensadas duas linhas de ação: as emergenciais de combate à fome; e as de pressão sobre a opinião pública (VASCONCELOS, 2004).

O movimento da Ação pela Cidadania engrenou a partir da ideia de que a miséria não combina com a democracia e de que “quem tem fome, tem pressa”. Essa foi uma mobilização de grande impacto nacional, uma vez que, além de alimentar milhares de pessoas, pressionou a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) (IPEA, 1993).

Ainda nas décadas de 1980 e 1990, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ligados direta e indiretamente com a questão alimentar e de combate à fome. Ambos movimentos traçam lutas que associam a conquista de direitos, e buscam o cumprimento das garantias previstas na Constituição Federal de 1988.

A partir da ampliação do significado de segurança alimentar e do posicionamento dos Movimentos Sociais como protagonistas da conquista do Direito Humano à

Alimentação Adequada, evidencia-se a necessidade de profundas alterações na política nacional. Em 2003, a instituição do Programa Fome Zero, em alguma medida, re-insere o discurso do combate à fome como prioridade da agenda pública que conquistou avanços importantes, mas não conseguiu se estabelecer como política estrutural e com as mudanças de governo perdeu seu espaço (VASCONCELOS, 2004).

Já em um cenário de dismantelamento das políticas sociais, em 2020, o Brasil, como todo o mundo, se deparou com a pandemia de Covid-19. Além das dificuldades impostas pelas características da doença em si, como a rápida contaminação e a necessidade de isolamento, o país se deparou com uma realidade de disputa de narrativas, o que impactou negativamente no desenvolvimento de políticas e programas de assistência, uma vez que o governo vigente reforçou discursos negacionistas.

A pandemia por si só já seria dura com a população, mas a partir de uma abordagem sem perspectiva de justiça social, os impactos foram distintos a depender da classe, da cor, do gênero e da idade, escancarando as desigualdades. De acordo com Neri (2021), os principais grupos com perda de renda foram os moradores da região nordeste, as mulheres e os idosos.

Com o aumento do desemprego, da pobreza e da fome, concomitante à pouca e negligente ação do Governo, o MTST mobilizou uma ação de grande impacto nas periferias nacionais e inaugurou as Cozinhas Solidárias. Unindo à luta do combate à fome com a de moradia digna.

Uma questão frequentemente levantada pela sociedade civil mobilizada é de que a luta não é 'só' por terra, 'só' por moradia ou 'só' pela alimentação, a luta é pela vida digna e por justiça social e para isso é necessário pensar de maneira ampla e a partir de políticas estruturais. Enquanto o Estado caminha em estradas tortuosas, a sociedade civil preenche espaços de ação e encara a luta contra a fome.

O MTST e as Cozinhas Solidárias: preenchendo espaços de ação

O surgimento de movimentos sociais está normalmente relacionado a um momento sócio-histórico da sociedade civil, com potência para desencadear transformações sociais.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela ascensão da burguesia e pela valorização do capital, mas concomitantemente, ampliou-se a distribuição desigual, não somente de renda, mas também de recursos energéticos, materiais, territoriais, hídricos e de serviços ambientais.

Nessa perspectiva o MTST surgiu em 1997 e se tornou um importante movimento nacional, representando a luta de um povo na conquista de moradia digna, sem distinção de região ou renda da população. Desde então, pauta suas ações para articular a garantia de trabalho e de território nos espaços urbanos.

Para sensibilizar a sociedade e o Estado, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto realiza ocupações de terra urbana, dos latifúndios urbanos que estão abandonados e sem função social, a fim de cumprir o direito à moradia garantido pela Constituição Federal de 1988.

Com o advento da pandemia de Covid-19 e suas consequências brutais, principalmente para comunidades pobres e periféricas, o MTST adquiriu uma nova perspectiva, a adoção das cozinhas solidárias. Essa iniciativa, de acordo com o próprio movimento, "faz o que o Governo não faz pela Segurança Alimentar".

"Além da distribuição de refeições completas e balanceadas, o projeto dialoga e abraça, diretamente, uma importante iniciativa: o cultivo de hortas urbanas comunitárias nas periferias, que fornecerão alimentos para as cozinhas solidárias e, sempre que possível, para doação às comunidades próximas." (trecho retirado do artigo "As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil" no site oficial do movimento)

Ana Paula Ribeiro (2022), traz que a alimentação é uma questão recorrente nas ocupações e relaciona as duas lutas, pela comida e pela moradia. "A cozinha é um símbolo para nós. Um espaço que junta pessoas, em que fazemos nossas reuniões e assembleias. É uma referência." (p.131)

Atualmente são 31 cozinhas distribuídas pelas periferias do Brasil que oferecem refeições gratuitas e equilibradas diariamente. Todas as cozinhas foram construídas por mutirões, unindo moradores da região, militantes do movimento e voluntários. O financiamento do projeto é feito através de uma campanha de arrecadação e de parcerias com outros movimentos, a exemplo do MST, para o fornecimento de alimentos. Além do

fornecimento de marmitas diariamente, mantém-se hortas comunitárias com o objetivo de gerar renda e agregar as preparações.

As ações realizadas pelas cozinhas solidárias amarram a luta por moradia e a luta contra a fome, uma vez que se desprende da dependência dos grandes monopólios e constrói coletivamente proposições cidadãs e que fogem da ideia de “alimento-mercadoria” e “cidadão-consumidor”. A partir do funcionamento das cozinhas foram criados ambientes de convivência e luta, além de posicionar possibilidades de morar e de comer que não se rendem ao capital.

Um aspecto reiterado por Gomes (2015) é o da incerteza, do sentimento de urgência para amenizar um risco iminente “A sobrevivência se transforma em uma luta cotidiana, marcada pelo imperativo do agora” (p.39). A partir dessas reflexões, entram as Cozinhas Solidárias. O ato de dar alguma certeza positiva de futuro, parece ser por si só uma forma de garantir cidadania, ajudando na resolução de uma das urgências mais sensíveis ao existir, a da fome, assim, possibilitando que o cidadão se repositone na sociedade, desvinculando o significado de cidadania do ideal de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma perspectiva globalizada de importância máxima do setor econômico; da escalada de ideais neoliberais no Brasil, principalmente a partir do ano de 2016; e de um desmantelamento de políticas públicas sociais - que em algum nível haviam sido conquistadas nos anos anteriores, a atuação de movimentos sociais se faz presente e forte na resistência e luta pelos direitos constitucionais.

O MTST é um movimento que há 26 anos protagoniza a luta por territórios no espaço urbano e concomitantemente pela dignidade das pessoas. A partir disso, as cozinhas solidárias surgiram em um contexto pandêmico de caos sanitário e negligência do Estado, especialmente sobre as comunidades periféricas. Os danos causados pela Covid-19 têm cor, gênero e classe.

A partir da distribuição de refeições, as Cozinhas Solidárias se fortaleceram como espaço cultural do movimento, hoje sendo uma característica marcante do mesmo, estando presente em grandes capitais do país. Além de atuar diariamente no combate à fome e à desigualdade nas periferias, elas trazem a alimentação como elo de lutas, reiterando a interpretação mais ampla do direito à alimentação.

O final do governo Bolsonaro parece ser uma esperança para situar a Segurança Alimentar como estruturante de políticas públicas sociais, mas a história do Brasil mostra como é necessário que a sociedade civil organizada se mantenha lutando e resistindo, protagonizando a conquista de direitos e pressionando o poder público para além das vontades políticas e interesses econômicos.

Por fim, debater a mobilização social é fundamental para perceber as falhas das políticas públicas de segurança alimentar, especialmente em um cenário de pós-pandemia, com aumento da fome e da miséria. Interligar iniciativas do campo e da cidade a partir de projetos como as cozinhas solidárias pode ser uma forma de superar limitações estatais e pressionar os Governos à terem um olhar mais atento a essas questões.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1984

CONSEA. **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, II**. Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional - Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004.

DE SOUZA, Taynara. F. B. **As lutas por moradia As lutas por moradia dos trabalhadores dos trabalhadores sem-teto**. Grupo de Estudo de Política da América Latina. Londrina, 2010.

IPEA. **Plano de combate à fome e à miséria: princípios, prioridades e mapa das ações**. Brasília, Ipea (mimeo.) 1993.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática; 2007.

LEÃO MM, organizador. **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2013.

MTST. **As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil**. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

MTST, Cozinhas Solidárias. **O projeto**. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/#projeto>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

MTST. **Enfrentando o Corona na Periferia**. Disponível em: <https://mtst.org/enfrentando-o-corona-na-periferia/>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

MTST. **O Dia Mundial da Segurança Alimentar num país assolado pela fome**. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/o-dia-mundial-da-seguranca-alimentar-num-pais-assolado-pela-fome/>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de impactos trabalhistas na Pandemia**. Centro de Políticas Sociais da FGV, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, Newton N. **Segurança Alimentar e Nutricional e Necessidades Humanas**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2015.

OLIVEIRA, Samia. **O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em uma cozinhas solidárias na pandemia de COVID-19**. Monografia (graduação em psicologia). Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PENSSAN. **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2022.

RIBEIRO, Ana Paula. **Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST**. Da Fome a Fome, Diálogos com Josué de Castro. Tereza Campelo e Ana Paula Bortoletto (org.). São Paulo, 2022.

SILVA, Vinicius L. O. S. **A Questão Habitacional: A Luta Do Mtst E Dos Trabalhadores Sem Teto**. Monografia (graduação em história). Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

VALENTE, Flávio L. S. **O direito humano à alimentação**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, F. de A. G. de: **'Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida'**. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2): 259-77, maio-ago. 2004.

VELTMEYER, Henry y LAU, Edgar Zayago. **América Latina en el vórtice del capital extractivo y de la resistencia**. Desenvolvimento e Transformações Agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul global. Outras Expressões - São Paulo. 2019.